



BRASÃO DE ALTO PARANÁ

ALTO PARANÁ O MUNICÍPIO E A COMARCA

Município relativamente jovem, iniciou seu desenvolvimento em agosto de 1949 quando a imobiliária Ypiranga adquiriu cento e cinquenta mil alqueires de terra da Companhia de Terras Norte Paraná, traçando as dimensões do futuro município.

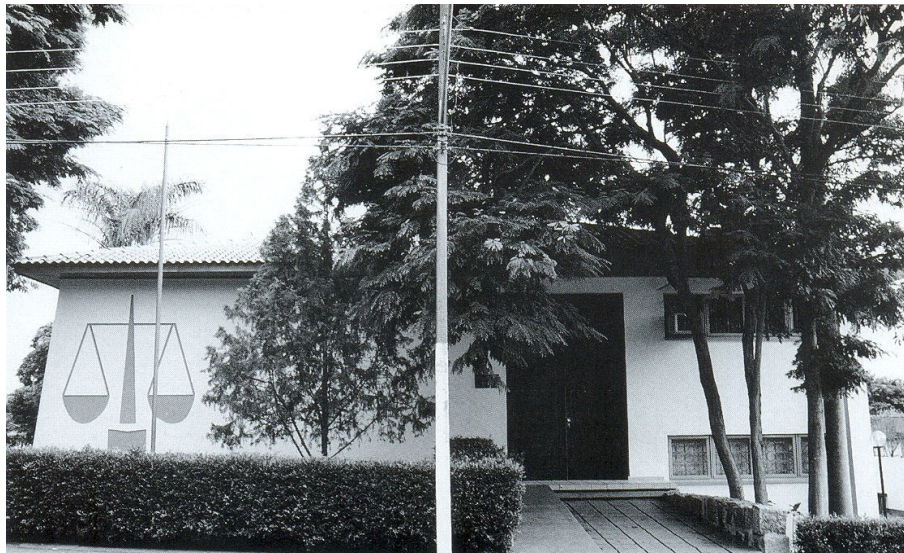
No primeiro ano ocorreu um verdadeiro êxodo rural. Pelo menos dez mil pessoas migraram para a região atraídas por um sistema próprio de trabalho em que as plantações agrícolas ficam nos arredores do centro urbano e, também, pelas facilidades oferecidas para a aquisição de terras e lotes – uma espécie de “reforma agrária” institucionalizada. A iniciativa privada aliada à fertilidade do solo garantiram o sucesso do empreendimento e a ascensão da cidade.

O povoado do Alto Paraná foi elevado à categoria de Distrito Administrativo do município de Nova Esperança em 27 de janeiro de 1951 e emancipou-se politicamente daquele município em 19 de agosto de 1953.

A INSTALAÇÃO DA COMARCA

A Comarca de Alto Paraná foi criada pela Lei Estadual nº 4.336, de 21 de janeiro de 1961, e instalada através da Portaria nº 231, de 3 de março de 1962. De entrância inicial, compreende os Distritos Judiciários de Santo Antônio do Caiuá e São João do Caiuá. Em 29 de setembro de 1992 o Presidente do Tribunal de Justiça, através do Decreto Judiciário nº 550/1992, determinou a instalação do Juizado Especial de Pequenas Causas. O Foro Judicial é composto de Juízo Único, Ofício Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público.

O Foro Extrajudicial é composto por: Tabelionato de Notas; Tabelionato de Protesto de Títulos; Serviço de Registro de Imóveis; e Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas.¹



Fórum Desembargador Conrado Caetano Erichsen

¹ Fontes:

FERREIRA, João Carlos Vicente. O Paraná e seus Municípios. Cuiabá: Memória do Brasil, 1999.

OLIVEIRA, Chloris Elaine Justen de. Fórums do Paraná. Curitiba: [s.n.], 2002.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. Curitiba: Juruá, 2014.